

● EDUCAÇÃO

PRECARIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Noádia Munhoz Pereira¹

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo analisar o movimento conceitual entre trabalho e educação de modo que a organização racional do trabalho nas empresas, desde as primeiras décadas do século XX, aproxima seus princípios, métodos e meios de trabalho aos meios racionais aplicados ao campo educacional. Segundo investigações realizadas em torno desta pesquisa, pode-se afirmar que o empresariamento da educação é parte constitutiva das relações de trabalho e integra o ambiente das instituições federais de ensino superior (IFES). Tal fato é sensivelmente sentido em seu *modus operandi* (processos de trabalho) e na subjetividade da classe trabalhadora. A finalidade do presente trabalho se assenta na caracterização desse novo modelo de organização do trabalho, ou seja, de 'acumulação flexível', e seus impactos nas IFES. Também, objetiva refletir sobre o binômio precarização/qualificação, segundo o ponto de vista marxista, que por sua vez, imprime novas palavras de ordem na gestão do trabalho docente nas IFES. Podemos concluir parcialmente, no que diz respeito ao que foi permitido pelo desenvolvimento da pesquisa até agora, que o crescimento das más condições de trabalho dos professores prevaleceu, combinado com um forte apelo à qualificação profissional e aumento da eficiência do trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Condições de trabalho. Precarização e ensino superior.

PRECARIOUSNESS AND QUALIFICATION OF THE TEACHING WORK IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: The research we have conducted examines the conceptual movement between work and education so that the rational organization of work in enterprises since the first decades of the 20th century nears its principles, methods and means of work on rational means applied to the educational field. According to investigations carried out in this research, we can claim that entrepreneurship education is a constitutive part of working relationships and integrates the environment of federal institutions of higher education (IFES). This fact is substantially felt in its *modus operandi* (work processes) and the subjectivity of the working class. The objective of the present work is based on the characterization of this new model of organization of work, i.e. 'flexible accumulation', and its impacts on the IFES. Also, it aims at reflecting on the dichotomy of precariousness/qualification, following a Marxist point of view, which in turn prints new watchwords on management of teaching work in the IFES. We can partially conclude, regarding what has been allowed by the development of the research so far, the growth of bad working conditions for teachers has prevailed, combined with the strong appeal to professional qualification and increased work efficiency.

Keywords: Capitalism. Working conditions. Precariousness and higher education.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, MG, Brasil. noadiamunhoz@doutorado.ufu.br.

INTRODUÇÃO

É precisamente com o olhar mais crítico-reflexivo que as manifestações e os aspectos relevantes de pesquisa foram delineando as discussões em torno das nuances entre trabalho e educação. Os elementos que vão definindo os contornos assumidos dessa relação intrínseca entre as complexidades advindas do mundo do trabalho para a esfera educacional assumem grande papel de destaque no sistema de produção capitalista a partir do momento em que identificamos as mudanças e as estratégias de resistências quanto ao empoderamento do real estabelecimento de uma relação educação e trabalho que submete a esfera educacional à lógica do mercado capitalista.

As expectativas do capital contextualizam aspectos de reforma que mergulham em um percurso histórico-político de produção estratégica de um projeto dominante para a classe trabalhadora. Segundo Marx (1988), o processo de trabalho necessita de meios de trabalho adequados e de um nível desenvolvido de força de trabalho para que se efetive a subordinação, a regulação e o controle da natureza externa pelo homem, no qual, ao atuar por esse movimento, transforma o seu meio e sua própria natureza com objetivo de satisfazer as suas necessidades. Essa é a condição comum de produção de valor de uso comum a todas as formas sociais, sendo que o processo de trabalho é elemento preponderante para mediar os objetivos ou meios de produção, o fator pessoal ou a força de trabalho que se emprega para o capitalista.

O capitalista, a partir do momento em que mediatiza a força de trabalho, paga minimamente pelo valor da força de trabalho empregada em sua mercadoria. Assim, o trabalho pertence ao capitalista e cabe a ele apenas acrescentar novos meios de produção ao processo de trabalho. É justamente nesse ponto que, ao longo dos anos, o progresso foi medido pelo valor de uso e de troca e da soma de valores de mercadorias pelo capitalista. O processo de valorização do produto pelo capitalista tem seu valor de uso, embora a mera força de trabalho empregada é valor indiferente ao produto final. O desgaste do trabalho exigido ao trabalhador não é necessariamente calculado como resultado do processo de trabalho despendido e nem mesmo materializado nesse produto ou mercadoria.

Desta feita, a melhoria da utilidade da matéria-prima pressupõe o trabalho humano que, para Braverman (1981), é consciente e proposital. Assim, a capacidade inteligível dita a ordem e a distinção dos afazeres comportamentais e estruturais, ou seja, existe uma distância entre a concepção e a execução a ser desenvolvida dentro do processo de trabalho. Portanto, o trabalho assume diferentes formas sob as relações capitalistas de produção. Historicamente, no início do século XIX, a maior parte da população converte as suas forças de trabalho em trabalho assalariado, visto que o processo de trabalho é encarado como um simples modo de trabalho dominado pela acumulação

do capital. Daí, então, a força de trabalho passa a ser destinada a um período contratado de tempo.

A expansão do capital se deve em grande parte pela capacidade humana de produzir em favor do capitalista, pois a capacidade de trabalho excedente amplia a sua produtividade e ao mesmo tempo intensifica a utilização dos mais produtivos meios de instrumentos de trabalho disponibilizados pelo capitalista. Esse é o potencial da força de trabalho humana, mas ao mesmo tempo é o seu inverso, na medida em que limita o estado subjetivo dos trabalhadores, sua condição social e pessoal de existência.

Tendo sido obrigados a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora alienado. O processo de trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista. Neste estabelecimento de relações de produção antagônicas, o problema de obter a plena utilidade da força de trabalho que ele comprou torna-se exacerbado pelos interesses opostos daqueles cujos propósitos o processo de trabalho é executado e daqueles que, por outro lado, o executam (BRAVERMAN, 1981, p.59).

Colaborando com essa problemática tem-se que:

[...] o estranhamento do trabalhador não se dá apenas com relação aos produtos resultantes da objetivação do seu trabalho a partir do que a natureza lhe oferece. O estranhamento se dá também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva, uma vez que de primeira necessidade para o ser humano tornou-se atividade sob coação. Em escala crescente, o estranhamento é para com a própria essência humana, pois a objetivação dos homens encontra-se degradada e transformada em atividade instrumental (para o capital) com uma existência particular. E, por último, um estranhamento de cada homem para com os demais e de todos para cada um, tendo em vista os antagonismos entre o trabalho e o capital (propriedade privada) (SANFELICE, 2013, p. 15).

A partir do momento em que o controle do processo de trabalho passa das mãos do trabalhador para as do capitalista, a alienação dos processos de produção do trabalhador consome o potencial inerente da força de trabalho e coloca diante do homem o maior desafio e problema sentidos ao longo dos séculos. As variadas formas assumidas de trabalho alienado recaem sobre diversas expressões de vida e degradação da atividade social no mundo moderno. Portanto, a causa fundamental da alienação está sempre no mundo do trabalho estranho.

DESENVOLVIMENTO

Como afirma Antunes (2006), a sociedade do trabalho chegou à modernidade, ao mundo da mercadoria. Sob o império e o fetiche da mercadoria, a atividade antes sublime de necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, passou agora a metamorfosear-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. Essa dimensão torna-se contraditória e antagônica porque humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena; por isso, está presente no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, cria e traz a subordinação.

A centralidade do trabalho de tempos em tempos se modifica com a finalidade última de criar mecanismos de controle a racionalização do capital, no qual a introdução de mudanças materiais e imateriais na produção de mais-valia se faz cada vez mais presentes. A ênfase para o emprego de um trabalho mais intelectual e menos manual demonstra a permanência de certo controle ideológico, forte tendência de degradação do trabalho e desqualificação do mesmo, regidas por demandas de flexibilização nas políticas públicas deste século.

Embora a dimensão contraditória atestada por Antunes (2006) prevaleça, as características dessa dimensão necessitam ser pontuadas com o objetivo de trazer à tona as novas tendências de produção e organização do trabalho aliados à lógica do interesse do capital, como por exemplo, o investimento a 'inovações' no processo produtivo, de introdução de inovações tecnológicas com o objetivo de valorização do capital e aumento de produção da mais-valia.

A expansão e a acumulação do capital são características da reestruturação produtiva que visa responder a crises estruturais do modo taylorista/fordista de acumulação do capital. As transformações nas formas de organização e controle do trabalho implicam a construção de uma nova ordem de acumulação, a difusão das novas tecnologias associadas a novas práticas de gestão tornam mais eficientes e racionais o desempenho do processo produtivo e, por sua vez, modificam sobremaneira as relações com a classe trabalhadora, pois tais práticas envolvem a intensificação dos processos de flexibilização, tais como, implementação de serviços terceirizados e subcontratação. A participação do trabalhador é individualizada e valorizada de acordo com o rendimento e comportamento auferidos pelas metas da empresa, assim, a implementação das inovações depende essencialmente da participação satisfatória e direta desse trabalhador (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p.762).

Sendo assim, o processo de acumulação capitalista tende para a economia do trabalho, no sentido de substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, mas não obstante se opõe ao processo de luta de classes, que geram efeitos de crises estruturais do processo de acumulação do capital. A relação existente entre o capital, o trabalho e as forças produtivas cria novas condições e impõe novos obstáculos ao processo de acumulação. No entanto, o principal obstáculo que

existe na produção e circulação capitalista é a resistência dos trabalhadores à exploração. A tendência à automatização, ou seja, de substituição dos trabalhadores por máquinas no ensejo de eliminar o trabalho vivo provoca a sua própria destruição, os gastos do capital tendem a aumentar no setor de apropriação capitalista do trabalho morto, ou seja, cada vez mais se emprega um maior número de gente como trabalho morto (CASTELLS, 1979, p.79 e 84).

Os autores Previtali e Fagiani (2014) e Castells (1979), em suas produções, acrescentam sobre a tendência da inovação tecnológica empregada aos meios de produção e acumulação do capital. Eles também ampliam a questão ao afirmarem que a eficácia e a qualificação da força de trabalho aliada à exploração têm resultado no aumento da produtividade do trabalho e atestam, principalmente, sobre a manutenção da precarização do trabalho em virtude das condições dadas.

No que diz respeito ao teor da participação, do envolvimento por recompensa, aqui reside à concepção de um novo trabalhador adaptável, flexível, empreendedor, polivalente, com senso de coletivo, eficiente e competente o bastante para liderar, no entanto, a finalidade última está na organização e controle desse trabalhador e de seu trabalho desenvolvido.

No intuito de responder a essa tendência, a educação tem se posicionado a favor dos anseios do modo de produção capitalista e contribui para formação estritamente mercadológica. Em específico, o ensino superior lança para o mercado de trabalho aqueles profissionais capazes de responder aos anseios de novos métodos de trabalho das empresas nacionais e multinacionais, muitas vezes com uma formação aligeirada e desqualificada de sua relevância social. Os efeitos da subordinação da educação, perante os ditames do mundo do trabalho, criam e recriam novos significados do que vem a ser o trabalho docente para a formação de novos trabalhadores a serem direcionados para o atual mercado de trabalho.

Analisemos as reflexões pertinentes do autor ao que estamos problematizando até então:

O que falar da educação para a alienação? Aquela educação para a domesticação e sujeição ao status quo; aquela educação para o trabalho alienado e que despolitiza a classe trabalhadora, lançada a uma disputa cotidiana e individualista para a sobrevivência; aquela educação intencionalmente desqualificada da escola estatal oferecida ao povo; aquela educação orquestrada pelos organismos internacionais para ser executada pelos Estados nacionais. Sim, aquela educação que limita as pessoas às suas próprias contingências (aptidões, habilidades, flexibilidade, etc.). O que falar da máfia mercantil do livro didático? O que falar das condições precárias da profissão e do trabalho docente? A lista de indagações desafiadoras é infinita (SANFELICE, 2013, p. 20).

A estreita relação entre educação e trabalho fica aqui bem entendida para próximas análises, no sentido de: a) a educação para o trabalho aliena e domestica qualquer hostilidade; b) a educação para o trabalho molda a subjetividade do trabalhador; c) a educação para o trabalho vem de encontro às demandas políticas de agências reguladoras internacionais do mercado de trabalho; d) a educação para o trabalho dificulta mobilizações políticas da classe trabalhadora; e e) a educação para o trabalho desqualifica a sociabilidade do trabalhador.

Assim, em primeiro lugar, é possível afirmar que o trabalho docente recebe fortes influências das novas funções, papéis e interfaces que a sociedade e o mercado de trabalho têm evocado com tanta veemência. Em segundo lugar, um rápido olhar perante as transformações do capital e da produção e organização dos processos de trabalho capitalista possibilita-nos argumentar sobre os limites e possibilidades que engendram as instituições federais de ensino superior. O perfil institucional e o modelo de gestão reduziram-se a um controle sustentado por normas, recursos e resultados.

Nesse sentido, as principais estratégias de mudanças para o trabalho docente foram inauguradas a partir das reformas educacionais no país e implicaram a precarização e desqualificação do sentido último do processo de ensino e aprendizagem.

Sem dúvida, na intenção de cumprir estratégias, a reforma educacional empreendida, a partir da última década do século XX e início do século XXI, assume uma ótica de estreito relacionamento com os organismos multilaterais ou internacionais, tais como, Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

O ajuste do ensino superior às novas exigências da crescente acumulação do capital não foram resolvidas e estão em profundo debate e resignificação no momento. As características marcantes da economização são sentidas claramente quando as adequações aos novos imperativos da centralidade econômica ocupam espaços ideológicos no objetivo de alcançar a qualidade do ensino. O conhecimento assume a tendência de uma 'quase mercadoria' inserida no 'quase mercado' educacional (SOBRINHO, 2003, p.100).

No contexto de reforma do ensino superior, os organismos multilaterais ou internacionais estabelecem relações de desenvolvimento de novos cursos com finalidade própria, ou seja, são cursos destinados a atenderem as urgências do mundo do trabalho. A formação adquiriu a sua função econômica a partir do momento que passou a tornar-se mais eficiente e útil ao desenvolvimento econômico. Para atribuir fortalecimento da sua competitividade institucional e internacional, a orientação está na aplicação de 'instrumentos de avaliação' a fim de estipular valores, medidas e competências ao desenvolvimento econômico do ensino superior.

O Banco Mundial, em específico, ao pontuar as medidas a serem tomadas nos países periféricos, deixa o seu claro diagnóstico de que o ensino superior brasileiro tem excedido seus gastos e apresentado baixa produtividade. Sendo assim, diante desse quadro, menciona o estímulo à diversificação das instituições e a competitividade entre elas; o estímulo também à expansão das instituições privadas; o incentivo às instituições públicas a buscarem financiamentos alternativos, inclusive a cobrança de taxas estudantis; o vínculo do financiamento público ao aumento da produtividade.

Assim, nesse contexto, os projetos propostos e financiados pelo Banco estão direcionados para expansão do acesso, na busca da equidade e da eficiência interna e na busca de uma concepção de qualidade. Nesse sentido, o banco incentiva empréstimos vinculados aos projetos de avaliação da aprendizagem, priorizando diretrizes que imprimem um novo olhar para a qualidade na educação e no ensino. Corroboram para esse entendimento Dourado, Oliveira e Santos (2007):

A concepção de qualidade presente nos documentos do banco volta-se, em geral, para a mensuração da eficiência e da eficácia dos sistemas educativos, por meio, sobretudo, da medição dos processos de ensino e aprendizagem. [...] o Banco indica que a melhoria da qualidade da educação efetivar-se-á por meio da criação de sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem e pela garantia de insumos crescentes nas escolas, tais como: livros, textos, equipamentos, laboratórios e formação pedagógica (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.13).

As estratégias políticas dos organismos internacionais até então verticalizam a gestão do trabalho docente como caminho a serem lançados os recursos advindos dos projetos e planos encomendados de maneira totalizante e universal para as instituições, de modo que, todos devem se adequar de maneira flexível às propostas veiculadas pelo Banco Mundial. No entanto, a avaliação inserida na busca pela qualidade ganha novos contornos, pois é apresentada como pré-requisito para qualquer implementação de mudança.

Vislumbramos que o maior desafio para a gestão do trabalho docente depreende-se em relação às exigências e às implicações para a qualificação desse gestor, de modo que, a qualidade da educação pressupõe ampla qualificação e traça o seu perfil. Os indicativos de que a universidade é parte integrante de um ideário neoliberal se faz cada vez mais avançado. Entretanto, o corpo docente tem deixado de lado as questões relativas à pesquisa, aos financiamentos e à avaliação, perdendo o motivo principal de batalha. Assim, as separações entre docência e pesquisa funcionam como graus hierárquicos de separação entre graduação e pós-graduação.

Tal fenômeno é fruto de certa racionalidade imposta estruturalmente pelo mundo moderno sob a égide da lei natural do neoliberalismo enquanto ideologia histórica presente nas artimanhas da acumulação do capital. O neoliberalismo reforça vários imperativos do capitalismo que são incorporadas em reformas educacionais, quais sejam: a) subordinação da produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho; e b) necessidade de estabelecer mecanismos de avaliação da qualidade dos serviços educacionais.

Segundo Gentili (1996 e 1998), na ótica neoliberal, os sistemas educacionais latino-americanos enfrentam hoje, basicamente, uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, no qual, o principal culpado é o Estado interventor. Nesta perspectiva, o remédio para superar a crise reside na conversão do sistema educacional em um mercado produtivo.

Todavia, a transformação da ciência em objeto tecnológico acabou por tornar a ciência em força produtiva a serviço do capital e do neoliberalismo, de modo que a existência dos objetos técnicos materializa a ciência e age sobre os conhecimentos teóricos. Dessa forma, a tecnociência, assim denominada, não intervém somente em teorias e práticas, mas sobre determinada organização social e política. Em termos conceituais, temos que:

Sob a designação de tecnociência, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, uma vez que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação (CHAUI, 2014, p. 89).

Nesse contexto, a ciência e o trabalho docente têm se reduzido a cada dia mais a atividades operacionais limitantes do esforço crítico-reflexivo, pois abandonou seus referenciais sociais e políticos de investigação, além de estarem adestradas à rápida transmissão de conhecimentos úteis ao mundo do trabalho.

Sendo assim, Chauí (2003) defende os princípios fundantes da universidade moderna, que é o que explica, desde o seu surgimento a sua diferenciação, confere-lhe autonomia perante as outras instituições sociais e regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade regidos pela sua própria lógica, tanto do ponto de vista de sua descoberta como de sua transmissão. Portanto, passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços é um grande equívoco. O descontentamento quanto à instauração histórica de um modelo instituído que é basicamente da universidade operacional definida como uma organização social demonstra a forte tendência de adestrar os profissionais

que dela fazem parte e, por consequência, delimitar os obstáculos que temos pela frente. Logo segundo a autora, resta-nos o posicionamento pela investigação, interrogação, crítica, reflexão e criatividade.

É necessário politizar a relação educação e trabalho, de modo que a educação não seja apenas um mecanismo de comunicação diante os ajustes de poder e dominação da acumulação do capital. Para Brasil (2005), as estratégias pedagógicas capitalistas são expressas à medida que para manter-se o capital, busca-se produzir e reproduzir as condições de sua acumulação. A autora explica a pedagogia da forma capitalista de produzir da seguinte maneira:

O capitalismo se mantém porque gerou uma acumulação e a educação, em seu sentido e em suas modalidades, pode servir de elo mediador para o processo de acumulação ao reproduzir idéias e valores que reforçam a reprodução ampliada do capital. A ordem capitalista vigente regula uma ação pedagógica que condiciona sujeitos, cuja educação tende a repetir um padrão de classificação hierárquica social, escolarmente sancionado e reproduzido nas formas de uma cumplicidade irrefletida, em que se perpetuam modelos estabelecidos. A relação sistema de ensino e sistema produtivo permite que as estruturas autoritárias do segundo transbordem e se tornem padrão repetido pelo primeiro, e, de forma circular, constitui-se em movimento ininterrupto de educação e dominação; e daí as relações entre a lógica capitalista conformando processos educativos institucionalizados ou não e a ideologia sub-reptícia que transfere responsabilidades sociais coletivas para a esfera individual, justificando a irracionalidade societal como advinda de incompetências pessoais (BRASIL, 2005, p. 12).

A pedagogia da forma capitalista de produzir organiza ciclos de estruturas autoritárias do sistema produtivo do capitalismo para o sistema de ensino, produzindo, por sua vez, volta e meia a educação e dominação, de modo que, a dominação se mostra individualmente ao se transferir responsabilidades sociais coletivas para o indivíduo. São, portanto, ideias e valores de reprodução do capital à esfera educacional.

Os diferentes programas de governo constituíram em uma nova regulação social para o campo da educação, justamente, as universidades têm aderido, não sem resistências, haja vista opções de adesão a um sistema educacional autoritário e emblemático no que diz respeito à implementação de processos educativos ideologizantes sempre em busca de um modelo para as universidades. A universidade operacional se distancia cada vez mais do papel social que deveria prestar a sociedade.

Todavia, Frigotto (2011) propõe uma releitura da educação brasileira na primeira década do século

XXI e chega à conclusão de que o sistema nacional de educação mantém a desigualdade de bases materiais e de formação, de condições de trabalho e remuneração dos professores para a maioria desvalida que se confrontam por sua vez, com os interesses da minoria prepotente. Afirma que o pensamento mercantil da universidade operacional tomou inconscientemente o mercado do conhecimento, do ensino e da pesquisa por critérios de mensuração mercantil. Sendo assim, o significado da mercadoria que é o conhecimento em si integra a sua materialização reificada, fetichizada e alienada. Daí, então, a gravidade pela falta de conteúdo ao qual estamos inseridos no interior das universidades.

Constata-se que cada vez menos produzimos livros que sejam fruto de longos anos de pesquisa e, em seu lugar, produzimos artigos, papers. Já não há tempo para a formação de jovens pesquisadores e docentes ancorados na leitura de clássicos. O tempo de nossa produção de pesquisadores, das teses e dissertações que se elaboram, não está mais referido à cientificidade que nos permita compreender como a realidade educacional se produz e a sua relevância social, política, cultural e humana. Ao contrário, aprisionamo-nos ao cronômetro da 'pedagogia de resultados' e deslizamos na intoxicação e fugacidade mercantil de informações. Produzimos, enfim, pouco conhecimento (FRIGOTTO, 2011, p.252).

De um lado, as condições materiais de intensa produtividade sem qualidade social consubstanciada pelo pensamento mercantil e associadas a uma nova relação educação/trabalho têm o fenômeno da tecnocracia cada vez mais presente na universidade operacional, como organização social prestadora de serviços do modelo mercantil neoliberal. Por outro lado, o que de fato vêm ocorrendo e, conseqüentemente com o passar dos anos, é a intensificação e a precarização do trabalho docente.

De maneira geral, o panorama elucidativo até então desmobiliza não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade civil como um todo, que tem o direito à educação de qualidade. Desse modo, serão traçadas algumas considerações breves de propostas advindas dos governos mais atuais no intuito de balizar as reais condições de precarização/qualificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro.

Desde a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, algumas metas foram apontadas para serem cumpridas pelas universidades até o ano de 2012: a) perfazem no aumento de vagas nos cursos de graduação; b) na ampliação dos cursos noturnos; c) propiciação de inovação pedagógicas; d) combate à evasão, elevar a taxa de aprovação para 90%; e) atingir a proporção de 18 alunos por professor; f) ampliar a

mobilidade estudantil entre as instituições, cursos e programas de educação superior. Sendo assim, as universidades que aderirem ao programa terão um acréscimo de recursos de até 20% das despesas de custeio.

Tal programa contribuiu para acentuar a precarização do trabalho, aumentando a contratação de professores temporários e a não efetivação de professores concursados para a implantação de novos cursos. O trabalho docente tem sido intensificado com a ampliação da carga horária ao expandir as vagas discentes e a não expansão de vagas docentes. Portanto, a universidade pública brasileira cresce para menos na medida em que não prioriza melhores condições de trabalho (ORLETTI, 2014, p. 67).

Durante o governo Lula (2003-2010), o conjunto de seus programas, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei de Inovação Tecnológica, a Parceria Público-Privada e o REUNI constituíram uma nova regulação social para o campo da educação superior e para as políticas de estado. Tanto o Programa Universidade para Todos (PROUNI) quanto o REUNI tiveram continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Para Ferreira (2012), a expansão das universidades demonstrou uma postura gerencialista, assumida na gestão dos programas, com adesão de um novo modelo de flexibilização do padrão adotado pelo governo anterior por, principalmente, atestar fatores recorrentes de seu gerencialismo nas medidas de cada proposta. Na esteira das mudanças em destaque, produtos e processos de inovação é parte integrante do discurso presidencial e proporcionam articulações de apoio à padronização das propostas do governo anterior para o governo de Dilma Rousseff, conforme atesta Ferreira (2012):

A política para a educação superior do governo Dilma vem enfatizando os seguintes parâmetros a serem incorporados pelas universidades: inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da educação superior. Sobre empreendedorismo e inovação, de acordo com essa política, parece haver a compreensão de que existe uma correlação positiva e linear entre esses dois fatores e o crescimento econômico no nível local e regional, uma vez que poderá propiciar a criação de novas empresas mediante a transferência de conhecimento, de inovação e de novas tecnologias para a comercialização de serviços e produtos (FERREIRA, 2012, p. 468).

A prioridade das políticas do governo Dilma Rousseff para a gestão do ensino superior incentivou o empresariamento da educação como acordo político

e estratégia de inovação para as universidades e as palavras de ordem são: *inovação / empreendedorismo / competitividade* veiculados nessa mesma ordem. São parâmetros adotados em cada universidade para que todas sejam regidas por esse padrão.

Nesse contexto, podemos verificar que hoje a universidade operacional cresce para menos quando evidencia seus sinais de associação com as políticas de cunho neoliberais e apontando caminhos contraditórios e hegemônicos, os quais o trabalhador tem incorporado em suas relações de trabalho sem se atentar para o equívoco eminente.

A desestruturação da carreira docente é o aspecto relevante que queremos aqui ressaltar, de modo que, sustentamos a análise de que ainda carregamos a herança das concepções e práticas educacionais mercantis típicas dos anos de 1990, seja do ponto de vista dos métodos de produção e/ou organização do trabalho docente como dos critérios de mensuração da qualificação do trabalho docente. Quando os parâmetros de gestão do atual governo são pontuados, novos rumos são traçados e em nada suavizam a relação conflitante entre educação/trabalho.

O exemplo disso, no ano de 2012, tornou-se insustentável a insatisfação da comunidade acadêmica nos últimos anos. Os trabalhadores entram em greve por tempo indeterminado tendo como pauta principal do movimento um olhar mais atento no que diz respeito à 'valorização da carreira docente e condições de trabalho', essa foi considerada a maior greve dos últimos dez anos. Enfim, a demanda do setor produtivo e do mercado tem esgotado as forças produtivas, as quais impõem ao trabalhador jornadas laborais que beiram ao esgotamento físico, mental e emocional.

Vindo em direção a essa problemática de pauta a intensificação e precarização do trabalho dos professores das IFES, Sguissardi (2009) verifica que reside no fenômeno do produtivismo acadêmico uma de suas manifestações e causas mais típicas de indissociação entre tempos e espaços da vida profissional e da vida pessoal e familiar. Para o autor, o que define o grau desta indissociação é a supressão ou redução drástica do período obrigatório de férias, ou ainda, o faz-de-conta de se aproveitar dos eventos científicos para tirar as únicas férias. Enfim, durante a pesquisa e, de acordo com os professores-pesquisadores entrevistados, não foi possível definir números precisos sobre o consumo de medicamentos ansiolíticos, antidepressivos ou antiestressantes. Entretanto, um número significativo de depoentes afirma ter utilizado tais medicamentos em ocasiões esporádicas. Portanto, a reação consequente desses professores-pesquisadores com o trabalho se orienta predominantemente pela racionalidade utilitária e pragmática. Em razão disso, muito se modifica na identidade do professor universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu nas elucidações anteriores, as profundas transformações por que passou o capitalismo nas últimas décadas impuseram profunda reestruturação produtiva e constituição de um novo cidadão, com novas competências ideológicas e uma nova sociabilidade produtiva, trouxeram consequências para o trabalho como prática universitária. A ciência, a tecnologia e o trabalho (a tecnociência) adquiriram no processo de produção de valor e de exploração da mais valia lugar preponderante em medidas políticas reguladoras de produção da ciência e formação do conhecimento.

As diferentes formas assumidas pelo trabalho alienado, que se caracterizam pela expansão e acumulação, inseridas na esteira da reestruturação produtiva crescente, trouxeram novas formas de envolvimento da classe trabalhadora e um novo perfil de trabalhador. No interior das IFES, essa subjetividade é demonstrada pelo tipo de participação regida por tendências flexíveis e empreendedoras.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- BRASIL, M. N. A pedagogia do capitalismo e seus componentes. In: MASCARENHAS, A. C. B. (Org). **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia: Editora da UCG, 2005. p. 9-48
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981. parte I, cap. 1-6, p. 47-134.
- CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Tradução de Alcir Henrique da Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CHAUÍ, M; ROCHA, A. (Org.) **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set/dez., 2003.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP: MEC, 2007.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC A Dilma Rouseff (1995-2011). In: **Linhas críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago, 2012.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: o manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Orgs). **Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília/CNTE: [S.l.], 1996.

GENTILI, P. O consenso de Washington e a crise da América Latina. In: GENTILI, P. (Org). **Falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital: v. 1**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. 1 e 5.

ORLETTI, E. A universidade pública brasileira cresce para menos. In: **Universidade & Sociedade**, Brasília (DF), ano XXIII, n. 53, fev. 2014.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. In: **Cadernos EBRAPE. BR.**, Rio de Janeiro, v.12, n. 4, p. 756-769, out./dez, 2014.

SANFELICE, J. L. Apontamentos pedagógicos sobre alienação, educação e trabalho. In: PREVITALI, F. S. (Org). **Novos contornos de trabalho, educação e alienação no século XXI**. São Paulo: Xamã, 2013. p.11-22

SGUISSARDI, V. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SOBRINHO, J. D. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: MANCEBO, D.; DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p.97-116.